

Escolas: medo do aumento na volta às aulas

ÉLIDA VAZ

O Decreto 95.921, de abril passado, do Ministério da Educação, determina que no segundo semestre as mensalidades serão reajustadas pela URP, a cada mês. Mas, segundo o ditado popular, "gato escaldado tem medo de água fria". E é assim que os pais de alunos de escolas particulares estão se sentindo. Afinal, nem todos os abusos no aumento das mensalidades no primeiro semestre foram corrigidos. Isto significa que, mesmo que seja obedecida a regra, os valores a serem pagos pelas vítimas dos abusos nos próximos meses continuarão acima do permitido.

Pelo sim, pelo não, alguns pais já estão tomando precauções. Desde o mês passado, a professora Lourdes Magalhães, de 37 anos, funcionária da Assessoria Técnico-Pedagógica da Coordenação de Ensino de Primeiro Grau da Secretaria de Educação e Cultura, vem tentando transferir suas duas filhas para uma escola pública de boa qualidade.

Roberta, de 7 anos, e Andréia, de 11, estudam desde o início do ano no Colégio Souza Leão, no Humaitá, cujas mensalidades foram reajustadas de CZ\$ 4.712 para CZ\$ 14.289,60 (no caso de Roberta, aluna da 1ª série) e de CZ\$ 5.709 para CZ\$ 16.807,90 (no caso de Andréia, da 5ª série). Ficou

praticamente impossível equilibrar esses valores dentro do orçamento doméstico da família, atualmente em torno de CZ\$ 200 mil.

— A classe média está fora da escola particular e o Governo tem que assumir isso. Além disso, acabou aquela qualidade de ensino da escola particular. Há muita escola pública boa. As particulares perderam a qualidade de ensino desde que viraram empresas e as crianças se transformaram num punhado de cruzados — diz Lourdes.

O problema é que é difícil conseguir vagas no meio do ano e Lourdes não quer recorrer a **pistolão**:

— Sei que a rede pública está inchada e que existem crianças sem vagas. Fico pensando o que seria tirar a vaga de uma criança carente, que precisa da escola, na maioria das vezes, para comer. Não quero **pistolões**. Quero vaga para todos ou bolsa do Governo. Do contrário, minhas filhas ficarão sem escola.

A decisão de procurar uma escola pública também foi tomada pelo Secretário da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), o engenheiro civil Paulo Roberto Almeida, de 43 anos, que não sabe quanto terá que pagar nos próximos meses, caso sua filha Renata, de 15 anos, continue a cursar a 1ª série do Segundo Grau na Unidade Integrada Garriga de Menezes, em Jacarepaguá. Em dezembro, a men-

salidade era de CZ\$ 1.975,77, e este mês a escola está autorizada a cobrar CZ\$ 21.618,48 — o que corresponde a um aumento de 994 por cento. Com renda mensal entre CZ\$ 220 mil e CZ\$ 250 mil, Paulo não tem condições de pagar.

— Já pedi a transferência porque não tenho condições de acompanhar esses aumentos e por discordar deste mecanismo de reajuste. Acho que está na hora de os pais cobrarem do Governo vagas em escolas públicas para seus filhos, já que é impossível pagar o que é cobrado pela rede particular — diz ele.

Para a Presidente da Apaerj, Carmelena Pereira, a situação dos pais de alunos de escolas particulares tende a se agravar no segundo semestre, já que muitos abusos não foram punidos com rigor. Ela prevê que, até setembro, as escolas particulares de médio porte estarão cobrando, por aluno, cerca de CZ\$ 50 mil, um valor que considera fora da realidade da classe média.

Ao contrário de Carmelena, o Curador de Justiça do Consumidor, Hélio Gama, não é pessimista. Gama foi o intermediário do acordo firmado entre a Apaerj e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino que fixou os parâmetros dos reajustes de janeiro a junho e acabou tendo que partir para a ação, despachando notificações para escolas que desrespeitaram as regras. Ele não acredita que

no segundo semestre as mensalidades aumentem acima do permitido, já que os dissídios terminaram. Além disso, acha que as ações adotadas até agora fizeram com que a expectativa de impunidade de algumas escolas desaparecesse.

— Como fiscal da aplicação da lei, fico inquieto, pois ainda há algumas escolas praticando reajustes abusivos. Mas, como representante da sociedade, eu vejo que só o fato de ter sido forçado o diálogo representa um grande ganho social — diz ele.

O Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Paulo Sampaio, também não vê motivo para intranquilidade dos pais de alunos, já que as escolas estão sendo orientadas a cumprir o Decreto 95.921, que determina o reajuste conforme a variação da URP.

— A Apaerj desconhece que as escolas compensaram os valores cobrados a mais em abril, nos meses de maio e junho, e é grande o número de unidades que nem a URP repassará, pois a crise econômica está fazendo com que as famílias não consigam pagar nem os reajustes permitidos — observa ele.

Sampaio também não crê que esteja ocorrendo uma evasão da escola particular para a escola pública:

— Esta é uma situação normal de mercado que sempre ocorreu. O problema não é das mensalidades, mas da conjuntura econômica.